

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Referente ao 3º trimestre de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

**Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
Curitiba – PR**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Continuidade operacional

A Companhia vem apresentando patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 18.425 mil em 30 de setembro de 2023 (R\$ 34.841 mil em 31 de dezembro de 2022). As informações contábeis do trimestre findo em 30 de setembro de 2023 foram preparadas presumindo-se a continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos, ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a companhia continuar operando. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.5, a administração da Companhia concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 31 de outubro de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
5091

Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2023.11.03
15:23:06 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

EM

30 DE SETEMBRO DE 2023

SUMÁRIO

FOLHA

1	BALANÇOS PATRIMONIAIS	3 e 4
2	DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
3	DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
4	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
5	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
6	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
7	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 a 30

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 30 de setembro de 2023 e 31 dezembro de 2022
em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		215.809	224.833
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	174.615	185.915
Clientes	6	21.631	23.272
Outros Créditos	8	4.280	2.137
Tributos Compensáveis	9	8.615	3.097
Investimentos Temporários	10	4.287	10.295
Despesas pagas antecipadamente	11	2.381	117
NÃO CIRCULANTE		602.914	623.364
Realizável a Longo Prazo		83.584	80.811
Tributos Federais a Restituir	13	1.301	1.301
Depósitos Judiciais	12	-	58
Tributos Diferidos	14	73.924	71.094
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
Imobilizado	15	331.157	345.813
Intangível	16	187.357	195.778
Direitos de Uso de Ativo	17.1	815	962
TOTAL DO ATIVO		818.723	848.197

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 30 de setembro de 2023 e 31 dezembro de 2022
em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		114.735	111.141
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	495	263
Fornecedores	19	5.746	3.313
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	5.871	-
Outras Obrigações Fiscais	20	1.002	1.440
Encargos Setoriais a Pagar	23	1.807	1.404
Pequisa e Desenvolvimento	22	1.581	1.467
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	98.000	103.085
Passivos de Arrendamento	17.2	232	169
NÃO CIRCULANTE		722.413	771.897
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	720.217	771.102
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.589	-
Passivo de Arrendamentos	17.2	607	795
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(18.425)	(34.841)
Capital Social	26.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.2	3.085	7.050
Prejuízos Acumulados		(57.013)	(77.394)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		818.723	848.197

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
dos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	N.E	01.01.23 a 30.09.23	01.01.22 a 30.09.22	01.07.23 a 30.09.23	01.07.22 a 30.09.22
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	105.591	150.033	30.789	42.637
(-) Custos Operacionais	28	(63.910)	(58.397)	(21.671)	(19.500)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		41.681	91.636	9.118	23.137
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		(4.406)	(5.219)	(1.732)	(1.771)
Despesas Administrativas	29	(5.587)	(5.219)	(1.979)	(1.771)
Outras Receitas	29	1.181	-	247	-
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		37.275	86.417	7.385	21.366
RESULTADOS FINANCEIRO	30	(10.221)	(106.735)	(13.799)	(2.846)
Receitas financeiras	30	85.862	13.186	18.396	5.388
Despesas financeiras	30	(96.083)	(119.921)	(32.194)	(8.234)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		27.053	(20.318)	(6.413)	18.520
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(6.673)	6.931	1.529	(6.309)
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	(5.871)	7.732	1.796	(6.042)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	14	(802)	(801)	(267)	(267)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		20.381	(13.387)	(4.885)	12.211
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		0,34	(0,22)		

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

dos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	01.01.23	01.01.22	01.07.23	01.07.22
	a	a	a	a
	30.09.23	30.09.22	30.09.23	30.09.22
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	20.381	(13.387)	(4.885)	12.211
Outros resultados abrangentes				
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	(6.008)	-	(4.001)	-
Operações com Créditos de Carbono	(6.008)	-	(4.001)	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	2.043	-	1.360	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	(3.965)	-	(2.641)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	16.416	(13.387)	(7.526)	12.211

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
dos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros	
			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	35.503	255	(76.703)	(40.945)
Prejuízo do Período Janeiro a Setembro de 2022	-	-	(13.387)	(13.387)
Saldos em 30 de Setembro de 2022	35.503	255	(90.090)	(54.332)
Lucro do período de Outubro a Dezembro de 2022			12.697	12.697
Outros Resultados Abrangentes		6.794		6.794
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	35.503	7.050	(77.393)	(34.841)
Lucro do Período Janeiro a Setembro 2023			20.381	20.381
Outros Resultados Abrangentes		(3.965)		(3.965)
Saldos em 30 de Setembro de 2023	35.503	3.085	(57.013)	(18.425)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
dos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
em milhares de reais

	NE nr.	30.09.23	30.09.22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		20.381	(13.387)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	15	18.159	15.857
Amortização	16	8.453	8.467
Variações monetárias não realizadas		26.752	119.915
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	802	(6.931)
Resultado de baixa do imobilizado		864	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes		1.641	(5.689)
Outros créditos		(2.143)	(1.652)
Tributos compensáveis		(5.518)	(1.571)
Despesas pagas antecipadamente		(2.264)	(149)
Depósitos judiciais		58	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Trabalhistas		232	179
Fornecedores		2.433	(1.417)
Imposto de renda e contribuição social		5.871	-
Outras Obrigações Fiscais		(438)	(2.131)
Pagamento de direito de uso		(175)	(157)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público		(82.672)	(76.370)
Pequisa e Desenvolvimento		114	409
Encargos Setoriais		403	1.111
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(7.047)	36.485
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	15	(4.221)	(7.100)
Adições no intangível	16	(32)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(4.253)	(7.100)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	-
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(11.300)	29.385
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	185.915	148.031
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	174.615	177.415
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(11.300)	29.384

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
dos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
em milhares de reais

	NE nr.	30.09.23	30.09.22		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	27	115.426	166.315		
Total		115.426	166.315		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Compra de Energia - Revenda	28	(974)	-		
Compra de Energia - MCP / CCEE	28	-	(60)		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	28	(5.775)	(5.229)		
Encargos de uso da rede elétrica	28	(17.913)	(17.681)		
Material, insumos e serviço de terceiros	28 E 29	(14.046)	(12.918)		
Outros insumos	28 E 29	(422)	(423)		
Total		(39.131)	(36.311)		
(=) Valor adicionado bruto		76.295	130.003		
(-) Depreciação e amortização					
		(25.396)	(22.730)		
(=) Valor adicionado líquido		50.898	107.274		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	30	85.862	13.187		
Outras Receitas	29	1.181	-		
Total		87.043	13.187		
Valor adicionado a distribuir		137.941	120.460		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	30.09.23	%	30.09.22	%
Pessoal					
Remuneração e honorários		(2.700)		(2.495)	
Planos previdenciários e assistencial		(140)		(173)	
Benefícios		(289)		(427)	
Encargos sociais - FGTS		(827)		(672)	
Total	29	(3.955)	(2,9)	(3.767)	(3,1)
Governo					
Federal	9 e 27	(17.415)	-	10.047	
Estadual	29	(1)		(6)	
Municipal	29	(24)		(26)	
Total		(17.440)	(12,6)	10.079	(8,4)
Terceiros					
Juros e variações monetárias	30	(96.083)		(119.922)	
Arrendamentos e aluguéis	29	(82)		(81)	
Total		(96.165)	(69,7)	(120.002)	(99,6)
Acionistas					
Lucro (Prejuízo) do período		(20.381)		13.388	
Total		(20.381)	(14,8)	13.388	11,1
		(137.941)	(100,0)	(120.460)	(100,0)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de setembro de 2023

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70% (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguazu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios	Revisão da Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	69,6	66,0
UHE – Fundão	120,168	65,8	62,1
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,9	4,9
	246,411	140,3	133,0

Em 03 de maio de 2017, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria MME nº 178, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Usinas Hidrelétricas – UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, reduzindo a energia assegurada das usinas do CEFSC – Complexo Energético Fundão e Santa Clara.

Ato contínuo, em 13 de dezembro de 2017, a Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada junto a 16ª vara da Justiça Federal do DF, pleiteando a nulidade da portaria. A justiça, de forma liminar decidiu pela manutenção da liquidação integral da GF das UHEs (135,4 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Em caso de decisão desfavorável a entidade sofrerá uma redução de 2,6 MW médios, com reflexos no período (01/01/2018 a 31/12/2022).

Em 30 de novembro de 2022, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria nº 709/GM/MME, revisando novamente a GF das UHEs despachadas centralizadamente no SIN. Considerando as duas revisões a (GF) das UHE – Santa Clara e UHE – Fundão que originalmente era de 135,4 MWm, será reduzida para 128,1 MWm, perfazendo uma queda de 5,39% por cento.

A Companhia estuda a contratação de escritório jurídico, visando a elaboração de tese específica para defesa dos interesses da Elejor e a sua representação judicial em ação a ser movida em face da União Federal, visando afastar suas UHEs dos efeitos da metodologia aplicada nesta última portaria.

2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

O prazo inicial de vigência do contrato de concessão sofreu dois aditamentos durante sua execução, como reparação dos impactos financeiros sofridos pelas geradoras de energia hidrelétrica denominado GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), sendo que os novos prazos decorrem de legislação federal, com documentos de adesão firmado pela Companhia, junto ao agente regulador, estendendo os prazos conforme segue:

Inicialmente, com a edição da Lei Federal nº 13.203/2015, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão que era 25 de outubro de 2036, para 28 de maio de 2037.

Ato seguinte, com a promulgação da Lei Federal nº 14.052/2020, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico, manifestado no Protocolo Digital Aneel nº 153 e 154, ambos de 30 de setembro de 2021, o qual estendeu em 1078 dias o prazo concessão da UHE Santa Clara, assim esta concessão encontra-se vigente até 10 de maio de 2040, enquanto estendeu em 1110 dias o prazo concessão da UHE Fundão estendendo o prazo de concessão até 10 de junho de 2040.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais). Estes pagamentos são realizados a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então é corrigido monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da foram autorizadas pela Administração em 31 de outubro de 2023.

3.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<u>Ativo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado

<u>Passivo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 - Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

4.6 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e bancos contas movimento		22	19
Aplicações financeiras de curto prazo		174.593	185.896
		174.615	185.915

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez,

baixo risco de crédito e remuneração entre (96,5% e 101,0%) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a depender do montante e tempo de aplicação.

6. Clientes

Clientes	Saldos	Vencidos	Vencidos há	Saldo em	Saldo em
	vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	30/09/2023	31/12/2022
Suprimento - Copel Comercialização	1.010	-	-	1.010	-
Suprimento - Livres	9.135	-	-	9.135	14.462
CCEE	11.486	-	-	11.486	8.810
	21.631	-	-	21.631	23.272

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), acordos integralmente adimplentes no transcurso do exercício. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia na câmara para cumprimento dos seus contratos.

A administração não realiza PECLD (Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa), para eventos referentes aos CCVEE/ACL e liquidação no âmbito da CCEE/MRE, por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias e contratuais, que impõem penalidades aos possíveis inadimplentes, além da constituição de garantias financeiras, mitigando o risco de crédito.

7. Partes Relacionadas

	30/09/2023	31/12/2022
<u>Ativo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Comercialização S.A.	1.010	
<u>Ativo não circulante</u>		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.507	2.507
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	2.259	2.116
Copel Geração e Transmissão S.A.	151	1.131
<u>Resultado</u>	30/09/2023	30/09/2022
Entidade sob controle em comum		
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(19.338)	(13.156)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(520)	(5.744)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(762)	(436)

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, operação e manutenção, planejamento energético, telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

8. Outros Créditos

	Saldos em	30/09/2023	31/12/2022
Ordens de serviço - P & D		3.951	1.934
Almoxarifado de manutenção e operação		249	195
Adiantamento a empregados		80	-
Adiantamento a fornecedores		-	2
Devoluções de compras		-	6
		4.280	2.137

* Ordens de serviço – P & D, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Tributos Compensáveis

Descrição	Saldos em	30/09/2023	31/12/2022
Tributos Compensáveis			
Imposto de Renda Pago por Estimativa		915	-
Contribuição Social Pago por Estimativa		1.543	-
Imposto de Renda retido na fonte		6.157	3.097
Ativos compensáveis		8.615	3.097
Imposto de Renda e CSLL a pagar			
Imposto de Renda		4.312	-
Contribuição Social		1.559	-
Passivos a liquidar		5.871	-
Ativos líquidos a compensar		2.744	3.097

O Imposto de Renda retido na Fonte, será compensado futuramente ou restituído pela Receita Federal do Brasil, através de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação).

10. Investimentos Temporários

Data	Descrição	Quantidade	Valores R\$ Mil
31/12/2022	Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	657.810	10.295
30/09/2023	Vendas de Certificados RCEs Jan a Set 2023	(67.351)	
	Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	590.459	
	Marcação a Mercado do RCE - Dólar - US\$ 1,45		
	Cotação - Dólar R\$ 5,0070		
	Custo Unitário R\$ 7,26		
	Saldo Final Ajustado - AVJ		4.287

A Companhia vendeu durante o período Janeiro a setembro 2023, 67.351 toneladas (t) Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL),

referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundão Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP).

Essas vendas foram impulsionadas pela 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, ocorrida em 18 de novembro de 2022 em Sharm El Sheikh, Egito, percebendo-se uma elevação nos preços dos RCEs.

Os investimentos temporários contemplam os RCEs que são “marcados a mercado”, a administração pretende vender o saldo remanescente de 590.459 (t) durante este exercício, visto que está contratando empresa acreditada pela ONU (Organização das Nações Unidas) junto à UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*) para validação da renovação do período de crédito do Projeto de Créditos de Carbono (PDD).

11. Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	Saldos em	30/09/2023	31/12/2022
Seguro das usinas		2.380	116
Seguro sede administrativa		1	1
		2.381	117

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a SOMPO SEGUROS com vigência até 07 de setembro de 2024, a qual prevê o Limite Máximo de Garantia R\$ 300.000 mil.

12. Depósitos Judiciais

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2022	58
Atualização monetária		-
(-) Ressarcimentos		(58)
	30/09/2023	-

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

13. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2022	1.301
Constituição		-
	30/09/2023	1.301

A Companhia impetrou o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, na qual pleiteou a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, neste momento a ação encontra-se em cumprimento de sentença favorável a empresa.

14. Tributos Diferidos

Mutação do diferido

	31/12/2022	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/09/2023
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	56.024	-	-	56.024
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	18.702	(802)	-	17.900
	74.726	(802)	-	73.924
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	(3.632)		547	(3.085)
	(3.965)	-	547	3.085
Líquido apresentado no Balanço	71.094	(802)	547	70.839

Realização IR Diferido

30/06/2023	Ativo	Passivo
2023	56.225	(3.085)
2024	1.069	-
2025	1.069	-
2026	1.069	-
2027	1.069	-
2028	1.069	-
2029 a 2031	3.207	-
2032 a 2034	3.207	-
2035 a 2037	3.207	-
2038 a 2040	2.733	-
	73.924	(3.085)

15. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução n° 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão, dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transfer	30/09/2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	193.871	-	(9.827)	-	-	184.044
Máquinas e equipamentos	102.116	425	(5.444)	(702)	-	96.395
Edificações	33.165	-	(1.905)	-	-	31.260
Terrenos	14.523	2.624	(823)	(162)	-	16.162
Móveis e utensílios	123	11	(13)	-	-	120
	343.798	3.060	(18.012)	(864)	-	327.981
Em curso						
Custo	2.015	1.161	-	-	-	3.176
	2.015	1.161	-	-	-	3.176
	345.813	4.221	(18.012)	(864)	-	331.157

(*) A Companhia realiza a depreciação da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, bem como ao contrato de concessão nº 125/2001, o qual prevê que ao término do instrumento, todos os bens e instalações vinculados aos Aproveitamentos Hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL.

16. Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31/12/2022	192.883	-	2.895	-	195.778
Aquisições	-	-	32	-	32
Amortização UBP	(7.702)	-	-	-	(7.702)
Amortização GSF	(627)	-	-	-	(627)
Amortização - Outros	-	-	(124)	-	(124)
30/09/2023	184.554	-	2.803	-	187.357

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação através de extensão da concessão das outorgas vigentes aos titulares das usinas hidrelétricas por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação.

Em 1º de dezembro de 2020 foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em 14 de setembro de 2021 foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021, a qual definiu os prazos de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. Sendo que para as usinas constantes do CEFSC foram estabelecidos os prazos de 1078 dias para a UHE Santa Clara e de 1110 dias para a UHE Fundão.

Em 20 de setembro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se e aprovou por unanimidade a adesão à repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga prevista na Lei nº 14.052/2020, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia protocolou junto a ANEEL as cartas nº 153 e 154 formalizando o Termo de Aceitação que postergará o contrato de concessão da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundão até 10 de junho de 2040, sendo que os valores reconhecidos se encontram destacados na rubrica aquisições.

17. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

17.1 Direito de Uso de Ativo

	31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	30/09/2023
Em serviço					
Imóveis	962	-	(147)	-	815
	962	-	(147)	-	815

17.2 Passivo de Arrendamento

	Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
	31/12/2022	169	795	964
Pagamentos		(175)	-	(175)
Transferências		175	(175)	-
Ajuste a valor presente		63	(13)	50
	30/09/2023	232	607	839

Realização do Passivo de Arrendamento

2023	59
2024	234
2025	234
2026	234
2027	214
Valores não descontados	975
Juros embutidos	-136
Saldo do passivo de arrendamento	839

18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	30/09/2023	31/12/2022
Salários a pagar		2	6
Tributos retidos na fonte		66	110
Provisão de férias e 13º salário		427	147
		495	263

As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, bolsas auxílio, benefícios e encargos sociais dos empregados públicos, diretores e conselheiros estatutários e estagiários da Companhia.

19. Fornecedores

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Saldo 30/09/2023	Saldo 31/12/2022
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.259	-	-	-	-	2.259	2.116
Materiais e Serviços - Copel GET	151	-	-	-	-	151	1.131
Materiais e Serviços	3.337	-	-	-	-	3.337	66
	5.747	-	-	-	-	5.747	3.313

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

20. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	30/09/2023	31/12/2022
PIS e Cofins		597	992
Tributos retidos na fonte		183	194
Previdência Social INSS		211	238
FGTS		11	16
		1.002	1.440

A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.

21. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia efetuará o pagamento do UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é alterado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

Mutação	
31/12/2022	874.187
Ajuste a valor presente	(55.970)
Variacão monetária	82.672
Pagamentos	(82.672)
30/09/2023	818.217

Realiza o do Contrato de Concessão

Ano	Valor nominal	Valor presente
2023	25.913	25.467
2024	103.653	95.477
2025	103.653	86.015
2026	103.653	77.491
2027	103.653	69.812
2028	103.653	62.893
2029	103.653	56.660
Após 2029	1.096.993	344.402
Totais	1.744.824	818.217

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia protocolou o Termo de Aceita o decorrente da Lei n  14.052/2020, Resolu o Normativa ANEEL n  895/2020 e Resolu o Homologatória ANEEL n  2.932/2021, que tratam da repactua o do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundão até 10 de junho de 2040, conforme detalhado na NE n  15.

Assim, o valor presente da d vida com a extensão da concessão referentes aos pagamentos do UBP (Uso do Bem Público) foram reconhecidos na rubrica Adi oes - Extensão da Concessão.

22. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de gera o e empresas autorizadas   produ o independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2. , da Lei n  9.991/00 e Resolu oes Normativas Aneel n  316/08 e 300/08.

Ainda, o Despacho ANEEL n  904/2021 determinou o recolhimento   CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos, na data base de 31 de agosto de 2020, e o estabelecimento dos percentuais aplicáveis entre 1  de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025. Neste caso, as empresas não relacionadas nesse Despacho (caso da Elejor), e que possuem a obriga o legal de investimentos

em projetos de P&D, deverão informar sua situação à CCEE para recolhimento do percentual fixo de 30% sobre a receitas devidas aos programas de P&D.

Mutação	Circulante				Total
	FNDCT	MME	CDE	P&D	
31/12/2022	109	55	-	1.303	1.467
Constituições	397	198	119	292	1.006
Conclusões	-	-	-	(204)	(204)
Juros Selic	-	-	-	57	57
Recolhimentos	(432)	(216)	(97)	-	(745)
30/09/2023	74	37	22	1.448	1.581

23. Encargos Setoriais a Pagar

Encargo Setorial	Saldos em	30/09/2023	31/12/2022
Compensac�o Financeira Utilização Recursos Hídricos		11	16
		11	16

A CFURH foi criada pela Lei n  7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensac o financeira os órgãos da administração direta da União.

24. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosa de III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

24.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e   IFRIC 14. As premissas econ micas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

24.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosa de III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2022	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	140	-	140
Amortizações	(140)	-	(140)
30/09/2023	-	-	-

25. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

O departamento jurídico emitiu relatório onde constam todos os processos judiciais da Companhia, tanto como polo ativo quanto passivo, e, em nenhum dos processos foi anotado “risco provável”, motivo pelo qual a administração não reconheceu provisões nestas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se de forma detalhada os processos de litígios registrados no relatório jurídico classificados como “risco possível”, e adicionalmente os valores de passivos contingentes, porém sem provisões reconhecidas conforme as principais políticas contábeis estabelecidas no capítulo (4) item (4.4) destas notas explicativas.

Autos	Vara	Comarca	Tipo	Valor da Causa R\$ Mil	Fase	Passivo Contingente R\$ Mil	
						30/09/2023	31/12/2022
1. Cíveis						8.535	8.910
1.1. Desapropriações e patrimoniais						8.535	8.910
0000207-28.2004.8.16.0134	1ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	502	Cumprimento de sentença	2.212	2.212
0000555-12.2005.8.16.0134	1ª Vara Cível	Pinhão	Ação de Desapropriação	43	Instrutória	95	55
0003950-98.2003.8.16.0031	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	810	Recursal	6.228	6.228
2. Regulatórias						36.641	38.250
1018438-81.2017.4.01.3400	TRF 1	Brasília - DF	Regulatória	316.408	Recursal	27.566	29.175
1020718-88.2018.4.01.3400	TRF 1	Brasília - DF	Regulatória	90.754	Recursal	9.075	9.075
						45.176	47.160

A Companhia ingressou com a Ação nº 1018438-81.2017.4.01.3400 na qual pleiteia a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que reduziu em 2,6 MW médios sua energia assegurada, tendo decisão proferida de maneira liminar pelo TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região que garantiu a manutenção da liquidação integral da GF (140,3 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia).

Caso a decisão judicial seja revertida a entidade sofrerá reflexos retroativos das liquidações financeiras no período 01/2018 a 12/2022, com possível devolução dos recebimentos decorrentes da liminar atualizados de acordo com a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, o que importaria num desembolso estimado de R\$ 27.566 mil.

Ressalte-se que com a publicação pelo Ministério de Minas de Energia da Portaria nº 709/GM/MM de 30 de novembro de 2022, a partir de 1º de janeiro de 2023, passam a vigorar novos montantes de GF para as UHEs do CEFSC.

26. Patrimônio Líquido

26.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 77ª AGE de 20/09/2021, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

26.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Saldos	30/09/2023	31/12/2022
RCE - Reduções Certificadas de Emissão		4.674	10.682
(-) Cont. Social Lucr.Liq. - Diferida		(421)	(961)
(-) Imposto de Renda - Diferido		(1.168)	(2.671)
		3.085	7.050

A Companhia possui Reduções Certificadas de Emissões (RCE) que são títulos financeiros mantidos para venda, os quais foram emitidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) das Nações Unidas, em decorrência do Projeto nº 1279 nomeado Fundão Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP), a variação positiva ou negativa dos títulos não negociados no encerramento do balanço são “marcados a mercado” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, bem como os reflexos da incidência do IRPJ e CSLL.

27. Receita Operacional Líquida

Descrição	01.01.23	01.01.22	01.07.23	01.07.22
	a	a	a	a
	30.09.23	30.09.22	30.09.23	30.09.22
Geração	82.411	156.595	31.078	43.625
Venda de Energia UHEs - Convencional	70.654	147.543	26.705	40.574
Venda de Energia UHEs Conv-COPEL COM	8.572	-	3.168	-
Venda de Energia PCHs - Incentivada	3.185	9.052	1.205	3.051
Comercialização	33.015	9.720	3.068	3.580
Energia contabilizada na CCEE	33.015	9.720	3.068	3.580
Receita Bruta	115.426	166.315	34.146	47.205
Contribuição para PIS	(1.574)	(2.647)	(547)	(743)
Contribuição para Cofins	(7.254)	(12.193)	(2.520)	(3.423)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.007)	(1.442)	(291)	(402)
Deduções da Receita Bruta	(9.835)	(16.282)	(3.358)	(4.568)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	105.591	150.033	30.788	42.637

28. Custos Operacionais

Descrição	01.01.23	01.01.22	01.07.23	01.07.22
	a	a	a	a
	30.09.23	30.09.22	30.09.23	30.09.22
Energia Comprada para Revenda	(974)	-	-	-
Compra de Energia - MCP / CCEE	-	(60)	-	-
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos	(5.775)	(5.228)	(2.569)	(2.175)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(688)	(629)	(229)	(210)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(17.913)	(17.681)	(6.225)	(4.526)
Materiais	(148)	(487)	(17)	55
Serviços de Terceiros	(11.592)	(11.202)	(3.644)	(5.981)
Depreciação	(16.778)	(14.086)	(5.506)	(3.677)
Amortização	(8.453)	(8.467)	(2.818)	(2.811)
Seguros	(1.481)	(438)	(628)	(147)
Outros custos	(107)	(119)	(34)	(28)
	(63.910)	(58.397)	(21.670)	(19.500)

29. Outras (Despesas) Receitas Operacionais

Descrição	01.01.23	01.01.22	01.07.23	01.07.22
	a	a	a	a
	30.09.23	30.09.22	30.09.23	30.09.22
Pessoal	(2.329)	(2.175)	(781)	(724)
Administradores	(1.626)	(1.591)	(543)	(530)
Material	(42)	(90)	(13)	(25)
Serviços de Terceiros	(781)	(700)	(264)	(170)
Depreciação	(165)	(177)	(55)	(82)
Arrendamento e Aluguéis	(83)	(81)	(28)	(28)
Seguros	(1)	(1)	-	-
Tributos	(244)	(99)	(220)	(70)
Tarifas Bancárias	(13)	(32)	(2)	(28)
Associações Empresariais	(144)	(127)	(39)	(44)
Viagens e Hospedagens	(116)	(101)	(17)	(40)
Outras despesas	(43)	(45)	(17)	(30)
Despesas	(5.587)	(5.219)	(1.979)	(1.771)
Outras Receitas	1.181	-	247	-
Receitas	1.181	-	247	-
	(4.406)	(5.219)	(1.732)	(1.771)

30. Resultado Financeiro

Descrição	01.01.23	01.01.22	01.07.23	01.07.22
	a	a	a	a
	30.09.23	30.09.22	30.09.23	30.09.22
Receitas financeiras				
Rendas de aplicações disponíveis p/venda	16.556	13.091	5.482	5.364
Juros e correções de tributos	-	2	-	-
CCEE Encargos de liquidação	241	92	18	24
Encargos da concessão - UBP - AVP	69.059	-	12.896	-
Outras receitas	6	1	-	-
Subtotal	85.862	13.186	18.396	5.388
Despesas financeiras				
Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM	(82.672)	(76.370)	(27.557)	(25.457)
Encargos da concessão - UBP - AVP	(13.090)	(43.539)	(4.409)	17.203
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(3)	-	-	-
Juros e correções - P & D	(56)	(5)	-	22
Encargos moratórios	(1)	-	(1)	-
AVP de Arrendamento - Edificações	(50)	(7)	(16)	(2)
Juros Incorridos - Direito de Uso	-	-	-	-
CCEE Encargos de liquidação	(193)	-	(193)	-
Outras despesas financeiras	(18)	-	(18)	-
Subtotal	(96.083)	(119.921)	(32.194)	(8.234)
Resultado Financeiro Líquido	(10.221)	(106.735)	(13.798)	(2.846)

Os Encargos de Concessão representam os desembolsos realizados com UBP, referenciados na NE nº 20, além da atualização monetária sobre o saldo da dívida de concessão em conformidade com a variação do IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado a valor presente.

31 Cobertura de Seguros

As apólices de seguro da Companhia foram contratadas levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos, conforme entendimento da administração. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	07.09.2023 a 07.09.2024	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundão	2.550	300.000
PORTO SEGURO	19.05.2023 a 19.05.2024	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	1	1.747
Total				1.196	301.747

A Companhia também mantém contrato na modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

32. Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.

A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

33. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	30/09/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos contas movimento	5	22	22	19	19,00726
Aplicações financeiras	5	174.593	174.593	185.896	185.896
Custo Amortizado					
Clientes	6	21.631	21.631	23.272	23.272
Total dos ativos financeiros		196.246	196.246	209.187	209.187

Os ativos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo das aplicações financeiras de curto prazo:

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	30/09/2023	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/10/2022	14/09/2027	Custo amortizado	13.250	13.250
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	11/10/2022	15/09/2027	Custo amortizado	1.516	1.516
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/11/2022	14/10/2027	Custo amortizado	15.041	15.041
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/11/2022	15/10/2027	Custo amortizado	1.242	1.242
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/11/2022	14/10/2027	Custo amortizado	829	829
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	08/12/2022	12/11/2027	Custo amortizado	10.506	10.506
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/12/2022	12/11/2027	Custo amortizado	6.548	6.548
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	20/12/2022	24/11/2027	Custo amortizado	2.090	2.090
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/01/2023	14/12/2027	Custo amortizado	15.861	15.861
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/01/2023	15/12/2027	Custo amortizado	1.584	1.584
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	20/01/2023	24/12/2027	Custo amortizado	175	175
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	07/02/2023	12/01/2028	Custo amortizado	1.693	1.693
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	08/02/2023	13/01/2028	Custo amortizado	9.209	9.209
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	08/03/2022	10/02/2028	Custo amortizado	8.254	8.254
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/03/2023	11/02/2028	Custo amortizado	3.418	3.418
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/04/2023	14/03/2028	Custo amortizado	1.376	1.376
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/04/2023	14/03/2028	Custo amortizado	4.129	4.129
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	11/04/2023	15/03/2028	Custo amortizado	9.069	9.069
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/05/2023	12/04/2028	Custo amortizado	8.681	8.681
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	12/05/2023	13/04/2028	Custo amortizado	6.241	6.241
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	07/06/2023	11/05/2028	Custo amortizado	4.636	4.636
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/06/2023	12/05/2028	Custo amortizado	9.156	9.156
CDB - Caixa Econ.Fed.	100,00	10/07/2023	13/06/2028	Custo amortizado	8.818	8.818
CDB - Caixa Econ.Fed.	100,00	11/07/2023	14/06/2028	Custo amortizado	4.978	4.978
CDB - Caixa Econ.Fed.	100,00	08/08/2023	12/07/2028	Custo amortizado	11.964	11.964
CDB - Caixa Econ.Fed.	100,00	06/09/2023	10/08/2028	Custo amortizado	3.799	3.799
CDB - Caixa Econ.Fed.	100,00	11/09/2023	15/08/2028	Custo amortizado	10.530	10.530
					174.593	174.593

34. Eventos Subsequentes

A diretoria declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

NESTOR
BAPTISTA:07
214308991

Assinado de forma digital por NESTOR BAPTISTA:07214308991
Dados: 2023.11.03 14:34:21 -03'00'

Nestor Baptista
Diretor Presidente

FERNANDO
SOUZA
RIBEIRO:23616652
987

Assinado de forma digital por FERNANDO SOUZA RIBEIRO:23616652987
Dados: 2023.11.03 14:33:15 -03'00'

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3